

A CHAMADA ACUMULAÇÃO ORIGINAL¹

Karl Marx (1867)

1 O Segredo da Acumulação Original

Viu-se como o dinheiro é transformado em capital, como por meio do capital se faz mais-valia e da mais-valia se faz mais capital. Entretanto a acumulação do capital pressupõe a mais-valia, a mais-valia a produção capitalista, esta porém, a existência de massas maiores de capital e força de trabalho, nas mãos de produtores de mercadorias. Todo este movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só saímos subpondo [*unterstellen*] uma acumulação “original” (“*previous accumulation*”² em Adam Smith) anterior à acumulação capitalista, uma acumulação que não é o resultado do modo de produção capitalista, mas o seu ponto de partida.

Esta acumulação original desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel que o pecado original na teologia. Adão³ deu uma dentada na maçã, e deste modo o pecado desceu sobre o género humano. A origem daquele é explicada ao ser contada como anedota do passado. Num tempo remoto havia, de um lado, uma elite diligente, inteligente, e sobretudo frugal, e do outro uma escumalha preguiçosa, que dissipava tudo o que tinha e mais.

A lenda do pecado original teológico conta-nos, certamente, como o homem foi condenado a comer o seu pão no suor do seu rosto; a história do pecado original econômico, porém, revela-nos como é que há pessoas que não precisam fazê-lo. Mas é indiferente. Assim aconteceu que os primeiros acumularam riqueza e os segundos, por fim, nada tinham para vender a não ser a sua própria pele. E deste pecado original datam a pobreza da grande massa, a qual continua, a despeito de todo o trabalho, a não ter nada para vender a não ser a si própria, e a riqueza de uns poucos, a qual cresce continuamente, embora eles há muito tenham deixado de trabalhar. Esta chocha história para crianças conta-a ainda, p. ex., o senhor Thiers, com o ar sério das solenidades de Estado, aos Franceses outrora de espírito tão vivo, em defesa da *propriété*. Mas assim que a questão da propriedade está em jogo, torna-se dever sagrado manter o ponto de vista da cartilha infantil como o único justo para todas as classes etárias e etapas de desenvolvimento. Na história real é sabido que a conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, numa palavra, a violência [*Gewalt*], desempenham o grande papel. Na suave economia política reina desde sempre o idílio. Direito e “trabalho” foram desde sempre os únicos meios de enriquecimento, naturalmente com a exceção todas as vezes repetida de “este ano”. De facto, os métodos da acumulação original são tudo o que se quiser, só não são idílicos.

O dinheiro e a mercadoria não são desde o início capital, tão pouco os meios de produção e de vida. Carecem da transformação em capital. Mas esta mesma transformação só pode processar-se em circunstâncias determinadas, que se condensam no seguinte: duas espécies muito diferentes de

possuidores de mercadorias têm de se pôr frente a frente e entrar em contato, de um lado proprietários de dinheiro, de meios de produção e de vida, aos quais o que interessa é valorizar a soma de valor por eles possuída por meio da compra de força de trabalho alheia; do outro lado trabalhadores livres, vendedores da força de trabalho própria e por isso vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem eles próprios pertencem imediatamente aos meios de produção, como os escravos, servos, etc., nem também os meios de produção lhes pertencem, como no caso do camponês que trabalha a sua propriedade, antes estão livres deles, livres e sem responsabilidades. Com esta polarização do mercado das mercadorias estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação de capital pressupõe o divórcio entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho. Logo que a produção capitalista se firma nos próprios pés, ela não conserva apenas esse divórcio, reprodu-lo numa escala sempre crescente. O processo que cria a relação de capital não pode, portanto, ser outra coisa que não o processo de divórcio entre o trabalhador e a propriedade das suas condições de trabalho, um processo que por um lado transforma os meios sociais de vida e de produção em capital e os produtores imediatos, por outro lado, em operários assalariados. A chamada acumulação original nada é, portanto, senão o processo histórico de divórcio de produtor e meios de produção. Ele aparece como “original” porque forma a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.

A estrutura econômica da sociedade capitalista saiu da estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução desta libertou os elementos daquela.

O produtor imediato, o trabalhador, só podia dispor da sua pessoa a partir do momento em que deixara de estar preso à gleba e de ser servo e vassalo de outra pessoa. Para se tornar vendedor livre de força de trabalho, o qual leva a sua mercadoria a toda a parte em que ela encontra um mercado, ele tinha além disso de ter escapado ao domínio das corporações, às suas ordenações sobre aprendizes e oficiais e aos preceitos de trabalho inibitivos. Com isto surge o movimento histórico que transforma os produtores em operários assalariados, por um lado como a libertação destes da servidão e da coação das corporações; e só este lado existe para os nossos historiógrafos burgueses. Mas por outro lado estes recém-libertos só se tornam vendedores de si mesmos depois de lhes serem roubados todos os seus meios de produção e todas as garantias da sua existência proporcionadas pelas velhas instituições feudais. E a história desta sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com caracteres de sangue e fogo.

Os capitalistas industriais, estes novos potentados, tiveram por seu turno de desalojar não só os mestres artesãos corporativos mas também os senhores feudais que se encontravam de posse das fontes de riqueza. Deste ângulo o seu ascenso apresenta-se como fruto de uma luta vitoriosa contra o poder feudal e os seus privilégios revoltantes, bem como contra as corporações e os grilhões que estas colocavam ao livre desenvolvimento da produção e à livre exploração do homem pelo homem. Os cavaleiros da indústria, todavia, só conseguiram desalojar os cavaleiros da espada por meio da exploração de acontecimentos de que estavam completamente inocentes. Eles elevaram-se por meios tão vis como aqueles por meio dos quais o liberto romano se fez outrora senhor do seu *patronus*⁵.

O ponto de partida do desenvolvimento que gera tanto o operário assalariado como o capitalista foi a servidão do trabalhador. O progresso consistiu numa mudança de forma desta servitude, na

transformação da exploração feudal em capitalista. Para compreender o seu curso não precisamos recuar muito. Embora os primeiros começos de produção capitalista se nos deparem esporadicamente já nos séculos XIX e XV em algumas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista data apenas do século XVI. Ali onde ela aparece está a abolição da servidão há muito consumada, e o ponto mais brilhante da Idade Média, a existência de cidades soberanas, desde longo tempo a empalidecer.

Fazem época na história da acumulação original todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe dos capitalistas em formação; acima de todos, porém, os momentos em que grandes massas humanas de súbito, e violentamente, são arrancadas aos seus meios de subsistência e atiradas para o mercado de trabalho como proletários fora-da-lei⁶. A expropriação do produtor rural, do camponês, da terra forma a base de todo o processo. A sua história assume coloração diversa em diversos países e percorre as diversas fases em sequência diversa e em diversas épocas da história. Apenas em Inglaterra, que por isso tomamos como exemplo, possui ela forma clássica⁷. [...]

7 Tendência Histórica da Acumulação Capitalista

Em que é que vem a dar a acumulação original do capital, isto é, a sua gênese histórica? Enquanto não é transformação imediata de escravos e servos em operários assalariados e, portanto, uma simples mudança de forma, apenas significa a expropriação dos produtores imediatos, isto é, a dissolução da propriedade privada assente no trabalho próprio.

A propriedade privada, como oposição à propriedade social, coletiva, subsiste apenas ali onde os meios de trabalho e as condições exteriores do trabalho pertencem a pessoas privadas. Porém, consoante essas pessoas privadas são trabalhadores ou não trabalhadores, a propriedade privada tem também um outro caráter. Os infinitos matizes que ela à primeira vista oferece refletem apenas as situações intermédias que ficam entre estes dois extremos.

A propriedade privada do trabalhador sobre os seus meios de produção é a base da pequena empresa, a pequena empresa é uma condição necessária para o desenvolvimento da produção social e da individualidade livre do próprio trabalhador. Sem dúvida que este modo de produção também existe no interior da escravatura, da servidão e de outras relações de dependência. Mas ela só floresce, só lança toda a sua energia, só alcança a sua forma clássica adequada, ali onde o trabalhador é proprietário privado livre das suas condições de trabalho por ele próprio manejadas, o camponês do campo que ele amanhã, o artesão do instrumento em que ele toca como um virtuoso.

Este modo de produção supõe a fragmentação da terra e dos restantes meios de produção. Assim como exclui a concentração destes últimos, exclui também a cooperação, a divisão do trabalho no interior do mesmo processo de produção, a dominação e regulação sociais da Natureza, o livre desenvolvimento das forças produtivas sociais. Só é compatível com limites naturais estreitos da produção e da sociedade. Querer eternizá-lo, significaria, como Pecquer diz, com razão, “decretar a mediocridade em tudo”⁸. A partir de um certo grau superior, ele traz ao mundo os meios materiais do seu próprio aniquilamento. A partir desse momento, agitam-se, no seio da sociedade, forças e paixões que se sentiam

presas por ele. Ele tem de ser aniquilado, ele será aniquilado. O seu aniquilamento, a transformação dos meios de produção individuais e fragmentados em [meios de produção] socialmente concentrados, portanto, [a transformação] da propriedade anã de muitos na propriedade maciça de poucos, portanto, a expropriação da terra, dos meios de vida e dos instrumentos de trabalho da grande massa do povo, esta terrível e difícil expropriação da massa do povo forma a pré-história do capital. Ela abrange uma série de métodos violentos, dos quais nós só passámos em revista como métodos da acumulação original do capital os que fizeram época. A expropriação dos produtores imediatos foi completada com o vandalismo mais sem piedade e sob o impulso das paixões mais infames, mais sórdidas e mais mesquinamente odiosas. A propriedade privada adquirida pelo trabalho próprio, por assim dizer, assente na fusão do indivíduo trabalhador, isolado, independente, com as suas condições de trabalho, foi suplantada pela propriedade privada capitalista, que assenta na exploração de trabalho alheio, mas formalmente livre⁹.

Logo que este processo de transformação decompôs de alto a baixo suficientemente a velha sociedade, logo que os trabalhadores foram transformados em proletários e as suas condições de trabalho em capital, logo que o modo de produção capitalista ficou de pé, a ulterior socialização do trabalho e a ulterior transformação da terra e outros meios de produção em [meios de produção] explorados socialmente, portanto, em meios de produção comunitários, e, assim, a ulterior expropriação dos proprietários privados, ganham uma forma nova. O que agora é de expropriar já não é mais o trabalhador trabalhando para si, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores.

Esta expropriação completa-se pelo jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, pela centralização dos capitais. Um capitalista mata sempre muitos. De braço dado com esta centralização ou com esta expropriação de muitos capitalistas por poucos, a forma cooperativa do processo de trabalho desenvolve-se numa escala sempre crescente; [desenvolve-se] a aplicação técnica consciente da ciência, a exploração planificada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalho utilizáveis apenas comunitariamente, a economia de todos os meios de produção através do seu uso como meios de produção de trabalho combinado, social, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o carácter internacional do regime capitalista. Com o número continuamente decrescente de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens deste processo de transformação, cresce a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe operária, sempre a engrossar e instruída, unida e organizada pelo mecanismo do próprio processo de produção capitalista. O monopólio do capital torna-se um entrave para o modo de produção que com ele e sob ele floresceu. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um ponto em que se tornam incompatíveis com o seu invólucro capitalista. Este é rompido. Soa a hora da propriedade privada capitalista. Os expropriadores são expropriados.

O modo de apropriação capitalista, proveniente do modo de produção capitalista, portanto, a propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada individual, fundada em trabalho próprio. Mas a produção capitalista engendra com a necessidade de um processo natural a sua própria negação. É negação da negação. Esta não restabelece a propriedade privada, mas, sim, a

propriedade individual na base das conquistas da era capitalista: da cooperação e da posse comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho.

A transformação da propriedade privada fragmentada assente em trabalho próprio do indivíduo em [propriedade privada] capitalista é, naturalmente, um processo incomparavelmente mais longo, duro e difícil do que a transformação da propriedade privada capitalista já efetivamente assente numa empresa de produção social em [propriedade] social. Tratava-se ali da expropriação da massa do povo por poucos usurpadores, aqui trata-se da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo¹⁰.

Notas:

¹ Fonte: Obras Escolhidas em três tomos, Editorial “Avante!”. Tradução: José BARATA-MOURA e Álvaro PINA (Publicado segundo o texto da 4. Edição alemã de 1890. Traduzido do alemão. Transcrição e HTML: Fernando A. S. Araújo, agosto 2008). Direitos de Reprodução: © Direitos de tradução em língua portuguesa reservados por Editorial “Avante!” – Edições Progresso Lisboa – Moscovo, 1982. Como trazemos para cá apenas o primeiro e o último capítulos de *A chamada acumulação original*, para quem quiser aprofundar a leitura e compreender como ocorreu todo o processo de acumulação primitiva, conferir: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/cap24/index.htm#sthash.gVcShNjg.dpuf>>.

² Em inglês no texto: acumulação prévia. (Nota da edição portuguesa).

³ Adão implica aqui também o economista inglês clássico Adam (Adão) Smith, nesta irónica alusão de Marx. (Nota da edição portuguesa).

⁴ Em francês no texto: propriedade. (Nota da edição portuguesa).

⁵ Em latim no texto: senhor, amo. (Nota da edição portuguesa).

⁶ *Vogelfrei*, no original alemão. Há aqui um jogo de palavras, pois o termo alemão significa “fora-da-lei” e “livre como um pássaro”. (Nota da edição portuguesa).

⁷ Em Itália, onde a produção capitalista se desenvolve mais cedo, também a dissolução das relações de servidão tem lugar mais cedo. O servo é aqui emancipado antes de ter assegurado qualquer direito prescrito à terra. A sua emancipação transforma-o, portanto, imediatamente num proletário fora-da-lei que, para mais, encontra os novos senhores à sua espera nas cidades, na sua maioria já legadas do tempo dos romanos. Quando a revolução do mercado mundial desde o fim do século XV aniquilou a supremacia comercial da Itália do Norte, nasceu um movimento em direção inversa. Os operários das cidades foram empurrados em massa para o campo e aí deram um impulso nunca visto à pequena cultura, conduzida segundo a maneira da jardinagem. (Nota de Marx.)

⁸ C. Pecqueur, *Théorie nouvelle d'économie sociale et politiques, ou Études sur l'organisation des sociétés* (Teoria Nova de Economia Social e Políticas, ou Estudos sobre a Organização das Sociedades), Paris, 1842, p. 435.

⁹ “Estamos numa condição completamente nova da sociedade... tendemos a separar toda a espécie de propriedade de toda a espécie de trabalho” (Sismondí, *Nouveaux principes de l'économie politique* [Novos Princípios da Economia Política], Paris. 2ª ed., 1827, t. II, p 434.) (Nota de Marx.)

¹⁰ “O progresso da indústria, de que a burguesia é portadora involuntária e sem resistência, põe no lugar do isolamento dos operários pela concorrência a sua reunião revolucionária pela associação. Com o desenvolvimento da grande indústria é retirada, portanto, de baixo dos pés da burguesia a própria base sobre que produz e se apropria dos produtos. Ela produz, portanto, antes do mais, o seu próprio coveiro, A decadência dela e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis... De todas as classes que, hoje em dia, defrontam a burguesia, só o proletariado é uma classe realmente revolucionária. As demais classes arruinam-se e decaem com a grande indústria; o proletariado é o produto mais próprio desta. As camadas médias, o pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão, o camponês, todos eles, face à decadência, combatem a burguesia para assegurarem a sua existência como estados médios... são reaccionários, pois procuram fazer andar para trás a roda da história”. (Karl Marx und F. Engels, *Manifest der Kommunistischen Partei* [Manifesto do Partido Comunista], London, 1848 pp. 11, 9) (Nota de Marx.)